

23/5/1984

Tarifa social abrangerá consumo até 24 m³ mensais

A Sabesp vem aplicando desde o último sábado um novo conceito de "tarifa social" que beneficiará, segundo o presidente da empresa, Gastão Bierrembach, "81% da população do Estado". A nova conceituação amplia a faixa de consumo subsidiada de 10 m³/mês, sobre a qual é cobrada a tarifa mínima, para até 24 m³/mês. Além disso, o problema da fixação das tarifas será tratado como "negociação política" entre a Sabesp e o BNH, de onde vem o dinheiro e as diretrizes de política tarifária aplicados pela empresa estadual.

Esses foram alguns dos resultados da reunião entre Bierrembach e os deputados que integram as comissões de Saúde e do Meio Ambiente da Assembléia Legislativa, à qual compareceram também os prefeitos dos municípios de Icem e de Monte Aprazível. Os prefeitos expuseram suas preocupações quanto às depredações praticadas contra instalações da Sabesp no Interior e indagaram de Bierrembach sobre as possibilidades de suas cidades voltarem a ter autonomia para a distribuição de água e coleta de esgotos.

José Agreli, prefeito de Monte Aprazível, disse que a Sabesp não beneficia seu município porque as poucas obras de esgotos lá realizadas são feitas pela Prefeitura com o apoio da população: "A Sabesp só faz a ligação, e depois cobra por isso", lastimou-se o prefeito.

De acordo com ele, a população de Monte Aprazível quer voltar a ter autonomia porque nas cidades próximas, que não são servidas pela Sabesp, as contas de água chegam a ser 1.000% inferiores às cobradas pela empresa estadual.

Bierrembach disse desconhecer se as obras de esgoto executadas no município estavam sendo feitas pela Prefeitura e simplesmente apropriadas pela Sabesp, mas acenou com a possibilidade de o contrato ser revisto, desde que haja "pressão política" neste sentido. A pressão, todavia, admite o presidente da Sabesp, não basta. Ele explicou que os municípios que aderiram ao Plano Nacional de Saneamento, Planasa, do Ministério do Interior, contraíram altas dívidas e não podem arcar com as indenizações que teriam de fazer à Sabesp, aplicadora dos recursos do BNH.

(Página 16)